



...Continuação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

monitoramento constante da inadimplência, onde são aplicadas penalidades contratuais em caso de atraso de pagamento podendo até, em ato extremo, culminar na descontinuidade dos serviços aos clientes.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas em relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A sensibilidade e a expectativa de perdas relacionadas a riscos significativos individuais são os únicos parâmetros considerados nessa análise. Isto ocorre porque os negócios da Companhia estão voltados, substancialmente, para o mercado de atendimento às grandes operadoras de telecomunicações e ao mercado corporativo e, por esse motivo, as perdas históricas e as análises globais, geográficas ou setoriais não costumam fornecer uma base razoável para estimar as perdas com as contas a receber. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2016 provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$1.425 (R\$2.459 em 2015), representativa de 7% (13% em 2015) do saldo total de contas a receber em aberto e de 18% (51% em 2015) das contas a receber vencidas.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, vigora no Grupo CEMIG, desde 2004, uma Política de Aplicação Financeira, por meio da qual cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é o risco que coloca a Companhia exposta às alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e de juros, o qual pode ter um impacto financeiro significativo na Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter sob controle as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

1. Risco de moeda

A Companhia não está sujeita ao risco de moeda nos saldos de fornecedores e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

2. Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros decorre da emissão de títulos mobiliários não conversíveis. Estes passivos, quando atrelados às taxas de juros variáveis, expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Já passivos vinculados a taxas de juros fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia avalia permanentemente sua exposição ao risco de taxas de juros. São simulados diversos cenários, levando-se em consideração as alternativas de refinanciamento, renovação de posições existentes e a aquisição de novos financiamentos e hedges alternativos.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros, com impacto nos empréstimos, com taxas de juros flutuantes atreladas, principalmente, em índices referenciados na taxa básica de juros da economia brasileira, no montante de R\$101.372 (nota explicativa 15).

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima, em um cenário provável, a taxa CDI próxima de 10,40% e a TJLP em 7,10%. Foi realizada uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta nestes indicadores em relação ao cenário provável. Como parte das definições dessa análise, considerou-se a variação esperada na taxa CDI como similar à variação da taxa SELIC.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração. A tabela abaixo inclui os valores de principal e juros.

Valor Contábil	Risco de alta das taxas de juros nacionais - cenários (% ao ano)			
	Base CDI	Cenário I CDI	Cenário II CDI	Cenário III CDI
	14,00%	9,38%	11,73%	14,07%
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa				
Fundos de renda fixa	773	881	846	864
Títulos e valores mobiliários				
Fundos de renda fixa	1.938	2.209	2.120	2.165
Exposição líquida ativa	3.090	2.966	3.029	3.093

3. Risco de preço

A Companhia atua em um segmento de negócios onde os preços são livremente pactuados, sendo, portanto, dispensável a manutenção de políticas de mitigação de riscos dessa natureza.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 estão, em sua maioria, registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se, nesta categoria, as aplicações financeiras as quais espera-se manter até o vencimento. Estas são avaliadas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado: encontram-se, nesta categoria, os títulos de fundos de renda fixa mantidos para negociação. Estes são avaliados pelo valor justo através do resultado, conforme nível 2.
 - Empréstimos e recebíveis: encontram-se, nesta categoria, os saldos a receber de clientes. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
 - Empréstimos (mútuos): são mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
 - Fornecedores: são os saldos a pagar a fornecedores e são reconhecidos pelo valor nominal de liquidação e similares aos valores justos.
- O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:
- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
 - Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
 - Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

No exercício de 2015, a Companhia não operou com derivativos.

RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia opera com uma margem de lucratividade que lhe confere um fluxo de caixa operacional positivo. Tipicamente a Companhia mantém disponibilidade financeira imediata que lhe garante o cumprimento de compromissos de pelo menos

60 dias de operação, incluindo as obrigações financeiras e os investimentos. Fatos com impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais ou crises econômicas de grandes dimensões, não são levados em consideração nessa análise.

Visando viabilizar a entrada de um novo sócio na Ativas, a CEMIGTelecom assumiu um valor significativo de dívida de curto prazo. Com isto, em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante da CEMIGTelecom excedeu o ativo circulante em R\$74.312. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e debêntures de curto e longo prazos da CEMIGTelecom totalizaram R\$63.751 e R\$37.621, com vencimento no segundo e quarto trimestres de 2017, nos montantes de R\$18.134 e R\$46.310, respectivamente, no entanto, cabe ressaltar que a Companhia contabilizou fluxos de caixa operacionais positivos nos valores de R\$46.827 e R\$56.971 em 2016 e 2015, respectivamente.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Companhia deverá captar valores significativos de capital de terceiros e/ou aporte de seu acionista, podendo continuar a depender da contratação de dívidas adicionais. A Companhia possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de empréstimos para rolagem das dívidas, além de contar com suporte financeiro de seu controlador, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

A Administração acredita que a Companhia possui capacidade de geração operacional de caixa satisfatória e reúne condições adequadas para cumprir com as suas obrigações de curto prazo e continuar a fazer os investimentos necessários à manutenção dos projetos em andamento.

A Companhia considera um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade dos negócios, os quais são aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 90 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, com a margem excedente aplicada em operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, conforme as orientações definidas pelo Grupo CEMIG, com vistas a uma gestão consolidada dos recursos disponíveis e não dependem de qualquer análise individual pela CEMIGTelecom.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

Passivos financeiros não derivativos	31/12/2016	Fluxo Contratual	até 1 ano
Mútuos Cemig	18.134	18.134	18.134
Mútuos Sonda	46.310	45.617	45.617
Total	64.444	63.751	63.751

(b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores; devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

Debêntures: O valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2015 era de R\$15.345.

28. Benefícios a empregados

As obrigações relativas aos planos de benefícios aos empregados abrangem planos de previdência privada, de saúde, odontológico e seguro de vida em grupo.

Previdência complementar - Forluz

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, criada com o objetivo de propiciar aos seus participantes e respectivos dependentes uma renda de suplementação de aposentadoria e pensão.

O plano previdenciário, co-patrocinado pela Companhia, denominado "PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PLANO B", é composto por benefícios como: (i) Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Serviço, Especial ou por Idade - MAT, (ii) Melhoria de Aposentadoria por Invalidez - MAL, (iii) Abono Anual - AA, (iv) Renda Continuada por Morte - RCM e (v) Auxílio Reclusão - AR.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se às contas nominais dos participantes. Essas contribuições são reconhecidas no resultado do exercício em conformidade com os pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de despesa com pessoal.

Assistência médica - Cemig Saúde

A Companhia é co-patrocinadora dos planos de saúde e odontológico dos seus empregados, os quais são administrados pela Cemig Saúde.

Premissas atuariais utilizadas

As premissas utilizadas pelo atuário independente na determinação dos cálculos atuariais são demonstradas a seguir:

	Plano misto de benefícios previdenciários - Plano B		Pró Saúde Integrado - PSI		Plano Odontológico - POD	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,50%	13,20%	10,40%	13,14%	10,04%	13,14%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	10,50%	13,20%	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59%	5,50%	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	5,50%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	4,50%	4,50%	5,50%	4,50%	5,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	5,50%	4,50%	5,50%	4,50%	5,50%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT- 2000M, suavizada em 20%	AT- 2000M, suavizada em 20%	AT- 2000M, suavizada em 20%	AT- 2000M, suavizada em 20%	AT- 2000M, suavizada em 20%	AT- 2000M, suavizada em 20%
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Álvaro Vindas D10%	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 30%	Winklevoss desagravada em 30%	Winklevoss desagravada em 30%	Winklevoss desagravada em 30%	Winklevoss desagravada em 30%	Winklevoss desagravada em 30%
Taxa de rotatividade esperada	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)

(a) 100% na primeira idade em que atingir o direito ao benefício pleno

29. Obrigações contratuais

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos de compartilhamento de infraestrutura e aluguel de fibra apagada, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
	Compartilhamento de infraestrutura	3.180	2.607	1.178	312	230	-
Aluguel de fibra apagada	2.438	1.966	1.344	83	142	399	6.372
Empréstimos e financiamentos	69.747	-	-	-	-	-	131.691
Total	75.365	4.573	2.522	395	62.316	399	145.570

30. Seguros

A Companhia realizou reavaliação dos riscos envolvendo os ativos de telecomunicações da companhia, bem como a probabilidade de interrupção de suas operações diante de potenciais de sinistros. Tal estudo demonstrou que a probabilidade de ocorrência de sinistros simultâneos e em larga escala que pudessem representar relevantes prejuízos financeiros e operacionais à Companhia é significativamente remota, devido, sobretudo, à diversidade de distribuição geográfica dos ativos expostos a riscos. Por este motivo, a administração da Companhia optou, neste momento, por não contratar seguros visando à cobertura de sinistros envolvendo seu Centro de Operações e Headends, bem como outros eventos que poderiam afetar seus equipamentos de rede, cabos, e demais bens do seu ativo imobilizado. Desde o início das suas operações e até o momento, a Companhia não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

Os valores das contribuições aos planos previdenciário, de saúde e odontológico são determinados anualmente, pelos montantes considerados suficientes à cobertura das respectivas despesas previstas em cada exercício, conforme avaliação realizada por atuário independente contratado para esta finalidade. Os três planos são de adesão facultativa para o empregado e as contribuições das patrocinadoras ocorrem de forma paritária a dos participantes.

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o ativo/passivo atuarial líquido e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde e plano de assistência odontológica, de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2016.

A conciliação dos ativos e passivos atuariais pode ser assim demonstrada:

	Forluz	Cemig Saúde	
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pró Saúde Integrado - PSI	Plano Odontológico - POD
31 de dezembro de 2016			
Valor justo dos ativos do plano	(2.112)	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	2.112	(2.695)	(106)
Ativo (passivo) atuarial líquido reconhecido	-	(2.695)	(106)

	Forluz	Cemig Saúde	
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pró Saúde Integrado - PSI	Plano Odontológico - POD
31 de dezembro de 2015			
Valor justo dos ativos do plano	1.350	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	(1.578)	(1.174)	(52)
Valor presente das obrigações (total)	(228)	(1.174)	(52)
Mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido líquido ao teto de ativo	-	-	-
Ativo (passivo) atuarial líquido reconhecido	(228)	(1.174)	(52)

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício podem ser assim demonstradas:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pró Saúde Integrado - PSI	Plano Odontológico - POD
	31 de dezembro de 2015		
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2015	(1.578)	(1.174)	(52)
Custo do serviço corrente	(70)	(104)	(5)
Juros sobre a obrigação atuarial	(204)	(154)	(7)
(Perdas) atuariais reconhecidas	(302)	(1.281)	(43)
Benefícios pagos	111	18	1
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016	(2.043)	(2.695)	(106)

As mudanças no valor justo dos ativos do plano de benefícios previdenciários podem ser assim demonstradas:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B		
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pró Saúde Integrado - PSI	Plano Odontológico - POD
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015			
Retorno real dos investimentos			1.350
Contribuições do Empregador			840
Benefícios pagos			33
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2016			2.112

A despesa anual dos planos pode ser assim demonstrada:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD	Total
	Custo do serviço corrente	(70)	(104)	(5)
Juros líquidos sobre o passivo (ativo) de benefício definido	(28)	(154)	(7)	(189)
Despesa reconhecida na demonstração do resultado	(98)	(258)	(12)	(368)

A movimentação do ativo (passivo) atuarial líquido pode ser assim demonstrada:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD	Total
	Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2015			
Despesa reconhecida no resultado	(98)	(258)	(12)	(368)
Ganho (perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	363	(1.281)	(43)	(961)
Mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido líquido ao teto de ativo	(70)	-	-	(70)
Contribuições pagas	33	18	1	52
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2016	-	(2.695)	(106)	(2.801)

As premissas de avaliação de riscos adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

31. Eventos subsequentes

i. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário (RE) 574.706, decidiu por maioria, pelo provimento da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, fundamentando que o valor arrecadado a título de ICMS não se incorpora ao patrimônio do contribuinte, de modo que não poderia integrar a base de cálculo das contribuições mencionadas. A Companhia possui Recursos Especial e Extraordinário sobre o tema, ainda não julgados, o que sinaliza boas probabilidades de êxito na qual espera-se recuperar valores pagos indevidamente desde 2003, estimados em R\$7.000. Aguarda-se, no entanto, o posicionamento do STF em sede de repercussão geral e a aplicação desse entendimento ao caso concreto da CEMIGTelecom.

ii. Em 09 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da CEMIGTelecom aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$34.000, com garantia fidejussória e garantia real por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora, em montante equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do valor das parcelas vincendas de amortização e remuneração. O Conselho de Administração da Companhia ratificou em 20 de janeiro de 2017, o valor da captação para R\$27.000, e nesta mesma data, o Conselho de Administração da CEMIG aprovou a prestação de fiança para essa operação. A Administração acredita que a conclusão do processo de captação da 2ª emissão de debêntures ocorrerá até o dia 15 de abril de 2017.